

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO SOB A ÓTICA DA INTERIORIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO DE CASO

Joicy Barbalho Pires Penha¹ | Luciano Inácio da Silva² | Suely Maria da Silva³
Rita Patrícia Almeida de Oliveira⁴

Administração



**cadernos de
graduação**

ciências humanas e sociais Facipe

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este artigo propõe discutir as perspectivas de desenvolvimento tecnológico e econômico, resultantes do processo de Interiorização das universidades federais focalizando no Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na sociedade atual, Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) são percebidas como condição para o alcance do desenvolvimento socioeconômico e nesse contexto as universidades têm papel relevante como difusoras do conhecimento cuja pulverização e democratização foram pretendidas com a política de Interiorização e expansão do ensino promovida pelo Governo Federal. Foi observado que algumas etapas da proposta de Interiorização e expansão foram alcançadas pelo CAV, como o aumento de vagas e cursos ofertados e a possibilidade de acesso ao ensino superior em localidades distintas da capital. Concluiu-se que as perspectivas para o município de Vitória de Santo Antão são de possibilidades de crescimento local e regional por meio do desenvolvimento de projetos, pesquisas e da promoção de C&T&I pelo CAV/UFPE.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade. Interiorização. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to discuss the prospects of technological and economic development resulting from the process of internalization of the federal universities focusing on Academic Center of Vitoria (CAV) of Federal University of Pernambuco (UFPE). In today's society, Science, Technology and Innovation (S&T&I) are perceived as a condition for the achievement of socio-economic development and in this context the universities have an important role as disseminators of knowledge whose spray and democratization we intended to policy Internalization and expansion of education promoted by the Federal Government. It was observed that some of the proposed steps of Internalization and expansion were achieved by CAV, as the increase in vacancies and courses offered and the possibility of access to higher education in different localities of the capital. It was concluded that the prospects for the city of Vitoria de Santo Antão are possibilities for local and regional growth through the development of projects, research and the promotion of S&T&I by CAV/UFPE.

KEYWORDS

University. Internalization. Development.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar uma perspectiva de desenvolvimento tecnológico e econômico como corolário do Programa Interiorização no campus do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no município de Vitória de Santo Antão como resultado da política de expansão das Universidades Federais instituída por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC).

O texto está dividido em seis seções, incluindo esta Introdução. Na primeira parte, de forma sucinta, serão abordados os temas: desenvolvimento econômico, Interiorização, democratização do ensino superior, ciência, inovação e tecnologia, bem como o papel das universidades. Na próxima seção será explanada a conexão entre educação e o desenvolvimento regional e a ampliação do ensino superior mediante a Interiorização na UFPE. Na terceira divisão, é apresentado o referencial teórico norteador deste artigo. O quarto tomo revela a metodologia utilizada nesta pesquisa. Em seguida são expressos os dados e as discussões atinentes ao tema. Finalizando, serão apresentadas as considerações finais.

O sistema capitalista e as metamorfoses oriundas da globalização na chamada sociedade do conhecimento traz a percepção da importância da Ciência, Tecnologia e da Inovação (C&T&I) como condição necessária para o alcance do desenvolvimento socioeconômico. C&T&I, educação e desenvolvimento são temas intimamente

interrelacionados que se materializam, mormente, mediante a execução de pesquisas realizadas por instituições, como as universidades, centros e núcleos de Ciência e Tecnologia, objetivando a promoção do desenvolvimento científico, econômico, social e cultural de um país (MCTI, 2013).

As universidades, enquanto difusoras do conhecimento e da formação crítica dos indivíduos, assumem a importante função de fomentar pesquisas que se revertam na construção de conhecimentos, contribuindo para uma sociedade sustentável mediante os pilares do ensino, pesquisa, extensão e gestão (UFPE, 2013). Sendo assim, um dos principais objetivos da educação, sobretudo do ensino superior, é proporcionar a formação cidadã, disseminar o conhecimento e criar mecanismos de redução das desigualdades, Etzkowitz (2009) afirma que, a principal missão da universidade é assumir o desenvolvimento socioeconômico, a criação de empregos, a inovação e a sustentabilidade.

A Lei nº 10.973/2004 dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo por meio da produção e transferência de tecnologia, nesse contexto, as universidades desempenham a importante função de transferir tecnologia para a sociedade, possibilitando o crescimento econômico tanto nacional quanto regional e local, pois, quanto mais identificada com a questão regional de desenvolvimento socioeconômico, maior também é a atividade de transferência tecnológica (SEMINÁRIO, 2010).

As universidades, para Chauí (2003), são instituições sociais inseparáveis da ideia de democracia e da democratização do saber. Sendo assim, o Governo Federal por meio do MEC iniciou uma política de Interiorização do ensino superior e técnico almejando a expansão da educação (UFPE, 2013). Nesse cenário, este artigo pretende analisar o Programa de Interiorização e as perspectivas de crescimento local trazidas pela expansão do ensino superior no campus do CAV.

1.2 O ESTADO NA FUNÇÃO DE INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO

Como definem De Cicco e Gonzaga (2007), Estado é uma instituição organizada política, social e juridicamente, que ocupa um território definido e, na maioria das vezes, sua lei maior é uma Constituição. É dirigido por um governo soberano, reconhecido interna e externamente, sendo responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio legítimo do uso da força e da coerção. Nesse sentido, Bodin (apud BOBBIO, 1985) complementa ao relacionar a existência de um poder soberano, supremo, à existência de um Estado.

Segundo Evans (2004) o Estado é um agente de transformação, bem como que sua classificação como desenvolvimentista ocorre quando, entre outros aspectos, são capazes de suprir investimentos essenciais em educação e infraestrutura. Assevera o autor que do país mais pobre do Terceiro Mundo ao mais avançado exemplo de bem-

-estar social capitalista, o ponto em comum na história do Século XX é a influência cada vez maior do Estado como Instituição e ator do jogo social, Matus (2005, p. 56) define o jogo social como uma “arena onde ocorre a prática política e onde se exerce o governo”.

Diante das tragédias sociais que o capitalismo vem produzindo, a ideia de que se está vivendo em uma nova forma de ordenamento social é caracterizada pela crescente e irreversível importância da informação e do conhecimento, argumenta Arcoverde e outros autores (2010). Expressões como “sociedade da informação”, “era do conhecimento” ou “sociedade do conhecimento”, tornaram-se cada vez mais frequentes (ARCOVERDE et al, 2010; GORZ, 2005). De acordo com esses autores, as referidas conceituações definem uma nova sociedade na qual o conhecimento tem sido considerado sinônimo de informação e uma fonte de riqueza.

Na dita “sociedade da informação”, destaca-se a função das instituições de ensino superior na função de promover a disseminação conhecimento dentro das diversas áreas da C&T&I com estruturas curriculares flexíveis e multidisciplinares, fomentando não apenas o ensino, como também a realização de pesquisas e a projetos de extensão nos centros de ensino, favorecendo o desenvolvimento econômico, social, tecnológico e cultural por meio da transferência de tecnologia para a sociedade (ETZKOWITZ, 2009).

O aumento da produtividade foi o grande impulsionador para a criação de novas tecnologias que viessem a promover redução da força de trabalho e aumento dos lucros esperados, esse processo favoreceu a busca pelo desenvolvimento tecnológico em prol de um maior desenvolvimento econômico. Atualmente a revolução tecnológica atinge áreas como eletrônica, a informática, a engenharia genética, entre diversas outras (SCHAFF, 1990 apud CARVALHO, 1997).

2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O ideal da educação para o desenvolvimento local vincula-se à necessidade de se formar pessoas que futuramente possam participar de forma ativa nas iniciativas capazes de transformar o seu entorno gerando dinâmicas construtivas (DOWBOR, 2006). O papel das instituições educacionais promotoras de C&T&I na busca e aperfeiçoamento de tecnologias se torna, assim, de grande relevância. Cada vez mais empresas e governos buscam parcerias com instituições como as universidades, visando fomentar a pesquisa científica para o desenvolvimento de novas técnicas e produtos que irão beneficiar a sociedade, além de valorar as atividades de mercado. Corroborando com essa ideia Etzkowitz (2009, p. 12) discorre que “a universidade ganha recursos adicionais da indústria e do governo para melhorar o desempenho da pesquisa, uma de suas funções tradicionais”.

A universidade, dessa forma, passa a contribuir com o desenvolvimento de uma região, quando, de acordo com Albuquerque (1980), contribui com a capacitação de re-

cursos humanos, com a pesquisa, com a formação da consciência crítica dos problemas regionais, com a ampliação e difusão da cultura, e com a permanente e múltipla interação que estabelece com a sociedade. O Plano Nacional de Educação (PNE) versa que nenhum país pode aspirar ao desenvolvimento e independência sem um forte sistema de educação superior, pois num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior (BRASIL, 2001).

De acordo com o PNE (2001, p.41),

A importância que neste plano se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais. As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

Nesse contexto, as universidades têm como missão contribuir para o desenvolvimento do país e a redução dos desequilíbrios regionais, devendo assim, ter estreita articulação com as instituições de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2001). O que corrobora com a Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quando, em seu art. 86, define que as universidades devem se integrar, na condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 1996).

2.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Conforme Melo, Melo e Nunes (2009), no Brasil, a expansão da educação brasileira está fundamentada em pelo menos três momentos importantes: aprovação pelo Congresso Nacional da LDB; a Lei nº 10.172/01 que aprova o PNE, e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007. De forma a ampliar a oferta de ensino público superior, o MEC, por meio da SESu – unidade responsável por pla-

nejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, além da manutenção, supervisão e desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (IFES) e da supervisão das instituições privadas de educação superior, criou, no ano de 2003, o Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais (Interiorização) e o Programa Reuni, em 2007 (REUNI, 2013).

Com o Programa de Expansão do Ensino Superior, entre 2003 a 2010, foram criados 128 novos *campi* o que possibilitou a ampliação da oferta de vagas e criação de novos cursos de graduação. Além disso, 14 universidades foram criadas, sendo 10 destas voltadas para a Interiorização. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011.

Entre os anos de 2011 e 2012, o Painel de Controle do Ministério da Educação apontou a criação de 20 novos *campi* (MEC, 2013). A Interiorização e o Reuni se caracterizam como políticas públicas sociais, na qual a Interiorização é uma política pública social de descentralização da educação, sendo um dos objetivos o desenvolvimento econômico local (IPEA, 2010). Sobre políticas públicas, Saravia (2007) argumenta que todas estão integradas dentro de um conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial para a busca do bem-estar coletivo.

O Reuni, fomentado com base na meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do PNE e nos princípios do PDE, foi instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior através de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior por meio de ações para o aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão (MEC, 2013).

Todos os estados brasileiros foram contemplados com a criação ou expansão das Universidades Federais e Federais Rurais. No Nordeste foram criados 43 novos *campi* dos quais, 6 deles foram instalados no estado de Pernambuco, entre a UFPE e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) distribuídos nos municípios de Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão (MEC, 2013).

2.2 A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UFPE

Na UFPE, a partir da implantação do programa de Interiorização, o primeiro campus criado foi o Centro Acadêmico do Agreste (CAA) em Caruaru no ano de 2006 e o campus do CAV foi instalado no segundo semestre do mesmo ano. O CAA fica a 124 km de Recife, e desenvolve projetos de pesquisas e de extensão que dinamizam o Agreste,

com cursos nas áreas de: Moda, Design de Produtos, Arte, Economia, Gestão, Educação, Meio Ambiente, Construção e Recursos Hídricos (CAA, 2013).

O CAV está localizado na zona da mata sul do estado de Pernambuco, a 55 km da capital, onde inicialmente ofereceu apenas os cursos de graduação em Nutrição (Bacharelado), em Enfermagem (Bacharelado) e a Licenciatura em Ciências Biológicas, e atualmente são ofertados, também, os cursos de Saúde Coletiva e de Educação Física (Bacharelado e Licenciatura). Além dos cursos graduação, está em funcionamento uma Pós-Graduação *Strictu Sensu* (mestrado), na área de Saúde Humana e Meio Ambiente desde 2009 e os cursos de pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Saúde Pública (o Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde) desde 2010, e na área de Enfermagem em Urgência e Emergência (Especialização), iniciadas no primeiro semestre letivo de 2013. Um novo programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* foi aprovado em 2013 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica, e está em fase de implantação (UFPE, CAV, 2013).

Segundo relatório institucional do CAV, o Centro foi criado com o objetivo de proporcionar à região melhoria do nível educacional, condição imprescindível ao desenvolvimento humano e social, de forma a proporcionar um marco positivo na Interiorização do ensino superior (UFPE, CAV, 2009).

O campus Vitória conta atualmente com um corpo técnico de 60 servidores, distribuídos entre os cargos de nível médio (Assistente em Administração, Técnico de Laboratório em áreas diversas e Técnico em Contabilidade) e nível superior (Nutricionista, Enfermeiro, Psicólogo, Assistente Social, Administrador, Químico, Bibliotecário/Documentalista, Farmacêutico e Técnico em Assuntos Educacionais), onde muitos apresentam titulação superior à exigida para o provimento dos respectivos cargos, como cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. O corpo Docente é formado por 46 professores contratados como substitutos e temporários e 98 docentes do quadro permanente da UFPE, entre 32 mestres e 66 doutores, distribuídos entre as classe de Professor Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar, responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão (UFPE, CAV, 2013).

Um levantamento realizado no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da UFPE, o Sig@ UFPE, mostrou que dos 294 profissionais formados nas primeiras turmas do CAV, 55% foram oriundos de cidades do interior de Pernambuco e 45% da Região Metropolitana do Recife (RMR)¹, a qual compreende 17 municípios (Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Goiana, Escada, Sirinhaém, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Mo-

1. Dados extraídos do SIG@, 2012. (Relatório dos alunos formados 2010.1 a 2011.2).

reno, Itapissuma e Recife) de acordo com a Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973 (BRASIL, 1973), e projeto de ampliação de alcance da RMR aprovado no Poder Legislativo Estadual e publicado em Diário Oficial do Estado em 11/2/2012. Numa visão breve, esses dados mostram a amplitude de atuação do CAV que hoje ultrapassa inclusive as barreiras das cidades do interior.

Nesse cenário, observa-se o cumprimento de etapas da proposta de Interiorização e expansão do ensino e das universidades com a implantação dos centros de ensino, ofertando novos cursos, aumentando o número de vagas e contratando pessoal qualificado tanto para atividades fins (ensino, pesquisa, extensão e gestão), quanto para as atividades meio (atividades de apoio e administrativas) da UFPE, promovendo, assim, o acesso ao ensino superior nas localidades distintas da capital.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo está norteado nas concepções de Etzkowitz, Gorz, Ferreira, Carvalho, Schumpeter, Evans, Arcoverde e outros autores, entre outros autores que discorrem sobre a relação entre a educação superior, C&T&I e a relevância da interconexão entre Estado e universidades como pilares para o desenvolvimento local e regional e inclusão social. O desenvolvimento baseado em Ciência surge das universidades e de outras instituições de pesquisa, atuando em conjunto com empresas ou governos ou ambos em torno de um foco específico.

Sob esse aspecto, há uma tendência em direção à formação de empresas como estratégias de desenvolvimento, no lugar de as empresas existentes se transferirem para outros locais. Para Arcoverde e outros autores (2010), o Estado atua como mediador civilizatório entre capitalismo e democracia, e guarda estreita vinculação com o modo pelo qual a sociedade produz e se reproduz, tendo a Ciência um papel preponderante para o desenvolvimento dessas forças produtivas, servindo de lastro para a consolidação do Estado de direito para o social, cuja participação nos processos de produção e reprodução do capital é expressa. O Estado assegura o acesso à educação a todos, mediante a implementação de políticas públicas educacionais, estas, inseridas na agenda do governo, se caracterizem como:

um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos ou estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2007, p. 29).

Ferreira (2010) afirma que a política de expansão educacional está articulada com os arranjos produtivos locais, sendo importante associá-la com a política macroeco-

nômica e de desenvolvimento, pois a educação por si só não tira ninguém da pobreza, não adianta educação sem emprego. Sen (apud DRAIBE, 2007) concebe a política social como uma inversão em capital humano, em capital social, ou nas capacidades humanas, se valendo de programas sociais orientados a desenvolver as capacidades das pessoas para participar com liberdade do processo produtivo.

De acordo com Gorz (2005) o conhecimento se tornou a principal força produtiva, pois o capital imaterial é um bem intangível, porém imprescindível para a sustentabilidade da sociedade capitalista. O autor assevera, também, que o direito ao acesso universal e ilimitado do saber e da cultura, a produção de si e o autoinvestimento, se caracterizam na própria capacitação e qualificação referente ao desenvolvimento do capital humano, em busca de um comunismo do saber.

Ao se analisar as fontes de sucesso regional, tipicamente se observam as iniciativas universitárias em parceria com os demais atores da hélice triplíce (empresas e agências governamentais) (ETZKOWITZ, 2009). Para Matus (2005), apesar da relevância de fomento à Ciência e à Tecnologia, o governo e a ciência que deveriam caminhar juntos, se afastam. Evans (2004) concorda com a influência do Estado como instituição e ator social atuando como provedor do crescimento industrial do setor de Tecnologia da Informação (TI) em países em recente processo de industrialização, como é o caso do Brasil. O autor afirma ainda que o desempenho econômico dos países está atrelado não apenas às empresas, mas sim a capacidade de o Estado lidar com a distribuição de renda e promoção do bem-estar social.

A volatilidade das transformações impulsionadas pelas mudanças econômicas e tecnológicas na sociedade exige que a universidade atenda a essas exigências mundiais, interagindo com diversos atores como o governo e as empresas visando à transformação de universidades pesquisadoras para empreendedoras (ETZKOWITZ, 2009). Sobre as mudanças no mundo contemporâneo, Matias-Pereira (2012) assevera que para atender às exigências e demandas da sociedade, o Estado deve gerar estímulos para facilitar a incorporação de novas tecnologias e inovações no setor público. Schumpeter (apud MORICOCCHI e GONÇALVES, 1994) considera que a "inovação 'significa' fazer as coisas diferentemente no reino da vida econômica". Nesse cenário, infere-se que as empresas, universidades e agências governamentais geram novas iniciativas para a inovação regional (ETZKOWITZ, 2009).

À medida que as regiões formulam estratégias de inovação por meio do conhecimento, há transformações no seu papel econômico político local. Os centros de pesquisas, empresas de transferência de tecnologia e os parques tecnológicos, e a interação entre eles, tem se mostrado como grandes propulsores do desenvolvimento econômico e social ligado à ciência (ETZKOWITZ, 2009). Todavia, alerta Bienaymé (1994 apud CARVALHO, 2013) que o desenvolvimento tecnológico não é sinônimo de desenvolvimento social.

Estabelecer uma adequada interação entre a indústria (mercado), o governo e a universidade se faz fundamental, pois promove pesquisas e desenvolve projetos úteis para uma sociedade demandante cada vez mais de inovação nas relações econômicas, e que necessitam de uma massa crítica para viabilizar os programas científicos e tecnológicos regionais, economia competitiva voltada para a produção e valorização do conhecimento (SEMINÁRIO, 2010). A Interiorização será efetivamente promotora do desenvolvimento regional, se houver uma massa crítica local, formada também por meio de uma educação básica e profissional de qualidade (FERREIRA, 2010).

4 METODOLOGIA

Este artigo tem formato de estudo de caso que, segundo Gil (2006), é a modalidade de pesquisa mais adequada para investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois pretende descrever e analisar aspectos sobre Interiorização, C&T&I, e as perspectivas de efetividade local e regional.

Quanto aos meios, foram feitas pesquisas bibliográficas e documentais, Vergara (2010) afirma que a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral e que fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas, também, pode esgotar-se em si mesma. As pesquisas documentais serão feitas, entre outros, objetivando analisar documentos alusivos ao tema e aos objetivos da pesquisa. Segundo Vergara (2010, p. 43) a "Investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas [...]".

O universo da pesquisa é o campus CAV da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 2003 a 2013.

5 DADOS E DISCUSSÃO

Em 11 anos, a Interiorização do ensino público federal permitiu ao Brasil mais que dobrar o acesso de estudantes à educação superior. Cresceu, também, o percentual de professores com doutorado que passou de 50,9% em 2003 para 68,8% em 2012. Nos *campi* CAA e CAV, são cerca de cinco mil estudantes, sendo mais de 90% do interior de Pernambuco (UFPE, ASCOM, 2013a), todos hoje com possibilidades de participação em atividades de pesquisa e extensão.

Ao longo dos anos, conforme relatórios institucionais, o CAV vem desenvolvendo, mediante seus docentes e alunos, inúmeros projetos de pesquisa e extensão (UFPE, CAV, 2007; UFPE, CAV, 2008; UFPE, CAV, 2009; UFPE, CAV, 2010), conforme Tabela abaixo:

Tabela 1 – Projetos de pesquisa e extensão

| Ano | Projetos de Pesquisa | Projetos de Extensão |
|------|----------------------|----------------------|
| 2006 | 28 | 02 |
| 2007 | 30 | 08 |
| 2008 | 24 | 12 |
| 2009 | 26 | 26 |

Fonte: **Elaboração das autoras**

A análise desses dados mostra a crescente produção do CAV, contribuindo com a produção científica na região, cumprindo um dos papéis da universidade no que tange ao desenvolvimento científico local, conforme estabelecido no PNE.

Considerando que alguns fatores são importantes para o fortalecimento das universidades e principalmente para a busca e consolidação do desenvolvimento científico, tecnológico e social que por ela podem ser impulsionados, entre os quais destacam-se os órgãos de fomento, fundações de apoio e os editais de incentivo à pesquisa e às ações extensionistas, além dos programas de apoio e estruturação com foco no desenvolvimento socioeconômico regional incentivado pelo governo, os quais promovem a busca do conhecimento e de tecnologias com vistas à implantação desses novos empreendimentos.

Nessa perspectiva, observam-se ainda as ações de iniciativa da própria UFPE, como por exemplo, o lançamento pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFPE, de editais para Bolsas de Iniciação à Extensão e de apoio financeiro a Projetos de Extensão, cujos objetivos são: apoiar projetos desenvolvidos nos municípios da Zona da Mata, Agreste e Sertão do Estado; fortalecer as ações de Interiorização da extensão; apoiar projetos desenvolvidos no Programa UFPE & Políticas Públicas: diálogos com os Municípios, em parceria com representações do poder local dos Municípios, em ações de complementaridade a programas integrantes de políticas públicas locais, regionais e/ou nacionais; apoiar ações que contribuam para a inclusão socioproductiva com vistas ao desenvolvimento local e/ou regional (UFPE, PROEXT, 2013).

A UFPE vem participando ativamente de várias chamadas nacionais para financiamento de infraestrutura de pesquisa como no Edital Pró-Equipamentos da CAPES, no qual obteve 100% de aprovação dos recursos solicitados, além da aceitação em editais como o de Apoio a Grupos de Pesquisa 2013 e o Encomenda Copa 2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério dos Esportes. Contando com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) empresa pública vinculada ao MCTI, por intermédio do Edital CT-Infra 2010 e 2011 foi possível construir e equipar laboratórios de pesquisa no CAV (UFPE, ASCOM, 2013b).

Corroborando com a importância do incentivo às pesquisas, o Professor Anísio Brasileiro, Reitor da UFPE, afirma que atualmente a revolução tecnológica atinge diversas áreas das ciências como a informática, a engenharia genética, a eletrônica, entre diversas outras, destaca o papel das instituições como promotoras de Ciência e Tecnologia na busca e aperfeiçoamento dessas tecnologias, bem como discorre que o Brasil é hoje o 14º no ranking mundial de produção científica (UFPE, ASCOM, 2013c).

Cada vez mais empresas e governos buscam em parceria com instituições, objetivando fomentar a pesquisa científica para o desenvolvimento de novas técnicas e produtos que irão beneficiar não só a sociedade, como, também, valorar suas atividades de mercado. Pode-se observar recentemente uma tendência à interiorização do desenvolvimento, não só por meio da ampliação do acesso à educação, como também de projetos estruturadores, como é o caso no estado de Pernambuco, da transposição do Rio São Francisco, da ferrovia Transnordestina, do projeto de irrigação Canal do Sertão, do Polo Farmoquímico de Goiana, da Plataforma Logística Multimodal de Salgueiro e dos novos distritos industriais implantados nos municípios de Arcoverde, Escada, João Alfredo, Moreno, Palmares, Pombos, Rio Formoso, São Lourenço da Mata, Serra Talhada, Sirinhaém, Surubim, Tacaimbó, Timbaúba e Vitória de Santo Antão (AGÊNCIA, 2010).

Na Educação, um exemplo de Interiorização já consolidada é a da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), localizada a 100 km da cidade de São Paulo, implantada em 1965, correspondente a 15% da pesquisa acadêmica no Brasil, considerada a principal patenteadora brasileira (SEMINÁRIO, 2010).

Partindo da mesma perspectiva de desenvolvimento local trazido pela Interiorização, tem-se a empresa Porto Digital, uma *spin-off* derivada da UFPE, situada no município do Recife, cujo surgimento ocorreu no ano 2000, objetivando produzir conhecimento local e exportar serviços de valor agregado para o mundo. O Porto Digital é um projeto de desenvolvimento econômico que agrega investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, compondo um sistema local de inovação que tem, atualmente, 200 instituições entre empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Economia Criativa, serviços especializados e órgãos de fomento (PORTO DIGITAL, 2012).

Até 2012, o Porto Digital havia transferido para o Bairro do Recife cerca de 6.500 postos de trabalho, atraindo 10 empresas de outras regiões do país e quatro multinacionais, abrigando, ainda, quatro centros de tecnologia. Em 2010, as 200 empresas localizadas no Porto Digital tiveram um faturamento de R\$ 1bilhão. Anteriormente ao processo de consolidação do Porto Digital, foi de relevante importância a presença do Centro de Estudos e Serviços Avançados do Recife (C.E.S.A.R.), uma empresa incubadora, junto à UFPE, como impulsionador para criação daquele parque tecnológico (PORTO DIGITAL, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas futuras para o município de Vitória de Santo Antão são de que os projetos e pesquisas desenvolvidas pelo CAV possibilitem o crescimento da região, em consonância com a realidade local. O desenvolvimento promovido pelas inovações e pesquisas trazidas a partir do conhecimento dos centros de ensino estava estritamente focado nas capitais do país, onde estava localizada a maioria das instituições de ensino superior.

Com a expansão do ensino superior promovida pelo Governo Federal, os municípios do interior de alguns estados puderam receber unidades de ensino superior o que permitiu melhorias, também, no tocante à mobilidade e migração espacial dos discentes que não necessitam se deslocar para outros municípios na busca de qualificação educacional. Essa iniciativa, capaz de pulverizar o acesso à educação, lançou também o desafio de essas instituições levarem não só o desenvolvimento social e cultural por meio da melhoria do nível educacional, como também, em consequência, promover o crescimento econômico local e regional. Outro importante aspecto a ser analisado se refere à questão da identificação e sentimento de pertencimento com o local de moradia onde o ensino é ofertado.

A iniciativa do Estado em abrir espaço na agenda pública para implementar uma política de expansão de ensino superior revela, também, a percepção do déficit de desenvolvimento das regiões mais distantes das capitais e regiões metropolitanas. Portanto, a importância da Interiorização é evidenciada, principalmente devido a insuficiente estrutura do conhecimento e desenvolvimento nas regiões interioranas, sobretudo nas nordestinas, região reconhecida de grandes disparidades socioeconômicas. A interação entre educação, sociedade, governo e empresa é apontada como essencial para que o conhecimento acadêmico possa ser efetivamente aplicado em prol do desenvolvimento local (FERREIRA, 2010).

Apesar de se ressaltar o papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico (RELATÓRIO, 2008), ainda não é possível mensurar os impactos da Interiorização no CAV. Todavia, fazendo uma analogia à UNICAMP e ao Porto Digital no que tange a uma perspectiva de crescimento local e regional e à crescente produção de tecnologias e de pesquisas, infere-se que com a inserção de um Centro Acadêmico por meio da Interiorização, o município de Vitória de Santo Antão e municípios adjacentes serão fortalecidos, valendo-se da realização de pesquisas de C&T&I como condição para um efetivo desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico, além da promoção da inclusão social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA. Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. **Pernambuco – desenvolvimento é o nosso negócio**. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Pernambuco. 2010. Disponível em: <<http://www.fecomercio-pe.com.br/fecomercio/desenvolvimento-pe/251110.portugues.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2013.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. A Universidade e o nordeste. In: **A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (org.), et al. **Estado & Sociedade**: contribuição ao debate sobre políticas públicas. Recife: Universitária – UFPE, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução Sergio Bath, 4.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. DOU de 25.4.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03c/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 9 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 19 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 29 ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

BRASIL. **Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial da União, de 11 jun. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em: 9 ago. 2013.

CARVALHO, Marília Gomes. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. **Revista Educação & Tecnologia**, n.1, 1997. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/viewFile/1011/603>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

DE CICCIO, Cláudio; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Teoria geral do estado e ciência política**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. Publicado em 3 abr. 2006. Desenvolvida por Wow Brazil copyright Ladislau Dowbor 2011. Disponível em: <dowbor.org/06edulocal.doc>. Acesso em: 30 jul. 2013.

DRAIBE, Sônia Miriam. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: Gilberto Hochman; Marta Arretche; Eduardo Marques (org.). **Políticas Públicas no Brasil**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice** - universidade-indústria-governo: Inovação em Movimento. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e Parceria**: Estados e Transformação industrial. Tradução Christina Bastos Tigre. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FERREIRA, Taísa. **Universidades** - expansão para o interior - governo inicia processo de descentralização do ensino superior. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1541:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 31 jul. 2013.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Junior. São Paulo: Annablume, 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa **Econômica Aplicada**, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1274:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 28 jul. 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2012.

MATUS, Carlos. **A teoria do jogo social**. São Paulo: FUNDAP, 2005.

MCTI - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

MEC - **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

MELO, Pedro Antônio; MELO, Michelle Bianchini; NUNES, Rogério da Silva. A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v.11, n.24, p.278-304, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009v11n24p278/12624>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. **Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter**: uma revisão crítica. Informações Econômicas. São Paulo, 1994. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec3-0894.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

PORTO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.portodigital.org/>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

RELATÓRIO DE 1º ANO - REUNI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc>. Acesso em: 28 jul. 2013.

REUNI. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** (Reuni). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085>. Acesso em: 28 jul. 2013.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper59.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

SEMINÁRIO - **Hélice Tríplice na América Latina**: Conhecimento para a Inovação. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ett/helice_triplice_na_al_publica_site.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

SESU. **Secretaria de Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=354>. Acesso em: 20 jul. 2013.

UFPE. **Universidade Federal de Pernambuco**. 2013. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ufpenova/>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

UFPE. ASCOM. **Interiorização**. 2013. Disponível em: <http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=4714&interiorizacao-da-ufpe&catid=19&Itemid=72>. Acesso em: 25 jul. 2013a.

UFPE. ASCOM. **Agosto**. 2013. Disponível em: <http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=78>. Acesso em: 16 set. 2013b.

UFPE. ASCOM. **MCTI e SBPC**. 2013. Disponível em: <http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=47230:aniso-brasileiro-reforca-importancia-da-universidade-para-desenvolvimento-do-pais&catid=900&Itemid=72>. Acesso em: 25 jul. 2013c.

UFPE.CAA. **Centro Acadêmico do Agreste**. 2013. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/caa/>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

UFPE. CAV. **Centro Acadêmico de Vitória**. 2013. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/cav/>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

UFPE. Centro Acadêmico de Vitória. **Relatório Administrativo 2013** (em elaboração). Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2013.

UFPE. Centro Acadêmico de Vitória. **Relatório CAV 2010**. Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2010. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cav/images/Docs_Publicacoes/Arquivos_Gerais/relatorio_cav_2010.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013

UFPE. Centro Acadêmico de Vitória. **Relatório CAV 2009**. Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2010. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cav/images/Docs_Publicacoes/Arquivos_Gerais/relatorio_cav_2009.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

UFPE. Centro Acadêmico de Vitória. **Relatório CAV 2008**. Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2009. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cav/images/Docs_Publicacoes/Arquivos_Gerais/relatorio_cav_2008.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

UFPE. Centro Acadêmico de Vitória. **Relatório CAV 2007**. Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2008. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cav/images/Docs_Publicacoes/Arquivos_Gerais/relatorio_cav_2007.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

UFPE. Centro Acadêmico de Vitória. **Relatório CAV 2006.2**. Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2007. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cav/images/Docs_Publicacoes/Arquivos_Gerais/relatorio_cav_2006.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

UFPE. **PROEXT**. Pró-Reitoria de Extensão. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/proext/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

UFPE. Sistema de Gerenciamento Acadêmico UFPE. SIG@ - Versão 3.14.3.6. Todos os Direitos Reservados à UFPE-NTI.

UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

Data do recebimento: 19 de Janeiro de 2014

Data da avaliação: 13 de Fevereiro de 2014

Data de aceite: 20 de Março de 2014

1. Mestranda em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco. Secretária da Diretoria do Centro Acadêmico de Vitória, campus Vitória, da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: joicy.pires@gmail.com
2. Graduando em Administração pela Faculdade Integrada de Pernambuco. Servidor do Governo do Estado de Pernambuco. E-mail: luciano176a@hotmail.com
3. Mestranda em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordenadora Administrativa da Diretoria do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, campus Recife, da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: suely.a@hotmail.com
4. Doutoranda em Ensino das Ciências pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora do curso de Administração da Faculdade Integrada de Pernambuco. E-mail: ritapatricia.porto@hotmail.com